

A CONTRIBUIÇÃO DA CAMPANHA “EU MENSTRUO” NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA MENSTRUAL EM PELOTAS E REGIÃO

TAMARA FLORES SALDO¹; STEFANIE CAIPÚ VIEIRA²; LARISSA MEDIANEIRA BOLZAN³

¹Universidade Federal de Pelotas – floress.tamara@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – stefaniecaipuvieira@outlook.com

³Universidade Federal de Pelotas – larissambolzan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará como tema a Campanha “Eu Menstruo” do Projeto Mais Juntas/Programa ENFRENTA e a contribuição da mesma no enfrentamento da pobreza menstrual em Pelotas e região.

Segundo a UNICEF (2021), a pobreza menstrual pode ser definida como a falta de conhecimentos, insumos ou infraestruturas necessários para que os menstruantes possam vivenciar o ciclo menstrual de forma digna. Torna importante destacar que menstruantes são mulheres, meninas, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam (UNICEF, 2021).

A UNICEF (2021) também afirma que aproximadamente 6,5% da população mundial vive em condições de pobreza extrema e que, cerca de 24,61% (aproximadamente 51,5 milhões de pessoas) vivem abaixo da linha da pobreza. Diante desses dados, considerando que durante períodos como a gestação e a menstruação exige-se uma higiene correta para prevenir infecções, pode-se afirmar que o gênero feminino tende a sofrer mais com a pobreza (ASSAD, 2021; UNICEF, 2021). Isso ocorre, principalmente, devido à falta de saneamento básico, de acesso à água tratada e de acesso a produtos de higiene íntima, que são características de situações de vulnerabilidade social (NERIS, 2020).

Portanto, pode-se dizer que a pobreza menstrual, além de ser um problema de desigualdade de gênero (por afetar apenas as pessoas que menstruam), reflete uma desigualdade entre classes sociais - pois afeta principalmente as pessoas menstruantes mais pobres (NERIS, 2021). Entre as causas da pobreza menstrual estão, principalmente, a falta de acesso a produtos menstruais por condições financeiras precárias e a falta de acesso adequado a direitos humanos básicos como saneamento básico, banheiros e itens de higiene pessoal (ASSAD, 2021). Tais condições precárias impostas pela pobreza menstrual obriga que os menstruantes se submetam a métodos inseguros e improvisados para conter o sangramento, utilizando papéis, jornais, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou até mesmo a reutilização de absorventes descartáveis. Dessa forma, a saúde física dessas pessoas é colocada em risco (QUEIROZ, 2015; UNICEF, 2021; ASSAD, 2021).

Como consequências da pobreza menstrual, é possível citar diversos problemas físicos causados aos menstruantes, como alergia e irritação da pele e mucosas, vulvovaginites (como a vaginose bacteriana e a candidíase), infecção do trato urinário, entre outras complicações. O agravamento de alguns destes quadros pode, inclusive, levar à morte (QUEIROZ, 2015; UNICEF, 2021; ASSAD, 2021). Também como consequência, para além dos riscos à saúde física, inclui-se o desgaste emocional vinculado à pobreza menstrual. A UNICEF (2021) aponta como efeitos emocionais como: desconfortos, insegurança e estresse - que contribuem para aumentar a discriminação que meninas e mulheres sofrem (ASSAD, 2021) -, dessa forma persistindo a desigualdade entre homens e

mulheres, uma vez que aumenta a desocupação e a taxa de exclusão escolar, o que foi comprovado através de uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual mostrou que 10% das meninas (no mundo) perdem aula quando estão menstruadas (AMARAL, 2020). No Brasil, essa estimativa é ainda mais grave: 1 a cada 4 meninas (ONU, 2021).

Visto que as condições de pobreza menstrual podem acarretar em diversos problemas de saúde aos menstruantes, a ONU considera, desde 2014, a pobreza menstrual como um problema de saúde pública e de direitos humanos. Entretanto, esta pauta não possui, ainda, a visibilidade necessária na sociedade (COSTA, 2022). Observa-se que a maior parte dos projetos e das leis já sancionadas no Brasil abordam apenas a distribuição de absorventes, desconsiderando outros aspectos relevantes, como a alta tributação dos mesmos (LOPES, 2022). Segundo NERIS (2021), o Brasil é um dos países que mais tributa absorventes, chegando a taxas de 25%, apesar de serem sujeitos à alíquota zero de IPI. A alta tributação torna a aquisição desses produtos ainda mais difícil, uma vez que pesquisas de NERIS (2021) mostraram que um menstruante gasta, em média, seis mil reais com a compra do produto ao longo da vida. Outro aspecto relevante, porém desconsiderado, vem a ser a necessidade de maiores investimentos em saneamento básico nas casas e nas escolas, bem como educação sobre o tema. Para a efetividade do combate à pobreza menstrual, tornam-se necessárias e urgentes políticas públicas que contemplem todos os aspectos da problemática. Ou seja, incluindo problemas de saneamento, educação de qualidade e reestruturação político-econômica (LOPES, 2022).

Considerando que o enfrentamento à pobreza menstrual se revela como uma maneira de caminhar em direção à igualdade de gênero (LOPES, 2022), bem como que as leis em vigor ainda não têm autossuficiência de suprir as necessidades dos menstruantes em situação de pobreza menstrual, urge a necessidade da criação de projetos e campanhas sociais para auxiliar no combate à essa situação. Foi assim que nasceu, no ano de 2021, a primeira Campanha “Eu Menstruo” do Projeto Mais Juntas da UFPEL, que atualmente se encontra na sua terceira edição. Sendo assim, emerge o objetivo principal deste trabalho: analisar a contribuição da Campanha “Eu Menstruo” no enfrentamento da pobreza menstrual em Pelotas e região. São também objetivos deste trabalho: identificar a capacidade da Campanha “Eu Menstruo” de enfrentar a pobreza menstrual em Pelotas e região, compreender a importância social da Campanha e dimensionar os benefícios e resultados atingidos pela Campanha.

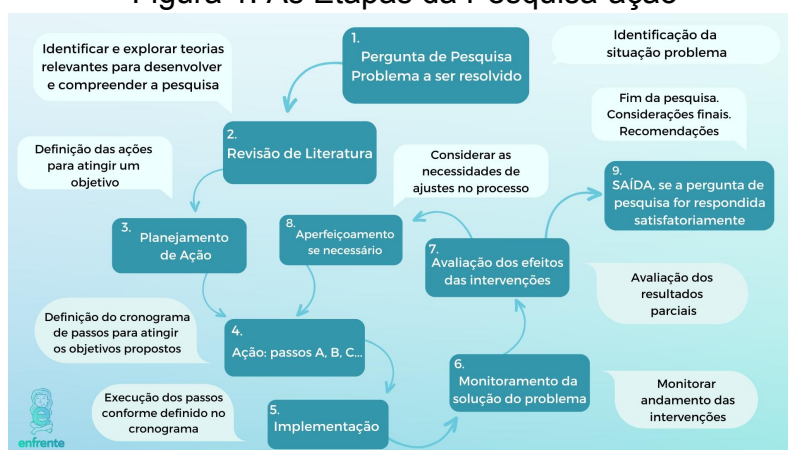
2. METODOLOGIA

Este trabalho foi construído utilizando o método de pesquisa-ação. Segundo ENGEL (2000), pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, que procura unir a pesquisa à prática (ou ação), ou seja, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. Portanto, é uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta. Ela atende, evidentemente, aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica, ou seja, enfrenta a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade, etc (TRIPP, 2005). Contudo, é preciso entender que embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, mesmo sendo pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é

limitada pelo contexto e pela ética da prática (TRIPP, 2005). Ou seja, é preciso deixar claro que a pesquisa-ação não oferece as mesmas garantias de confidencialidade e anonimato das informações se comparada com outros métodos de pesquisa. Isto requer do pesquisador discutir e negociar esses aspectos antes de iniciar seus trabalhos. Além disso, a própria concepção de que os sujeitos envolvidos na pesquisa tomam parte nos relatos de estudo deixa-os em uma situação inusual quanto ao sigilo (MELO; MAIA; CHAVES, 2016).

Na Figura 1, são apresentadas as etapas sugeridas por MCKAY e MARSHALL (2001) para uma pesquisa-ação.

Figura 1: As Etapas da Pesquisa-ação



Fonte: desenvolvido pela autora, adaptado de MCKAY e MARSHALL (2001).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Campanha “Eu Menstruo” não é a única que surgiu com o objetivo de minimizar o vazio institucional da pobreza menstrual. Segundo BOLZAN (2023), é importante lançar luz sobre outras iniciativas semelhantes, como por exemplo, o Projeto Luna – Organização Não-Governamental (ONG) que aceita doações e as transforma em kits de higiene menstrual, e o Projeto Fluxo sem Tabu – transforma doações monetárias em absorventes higiênicos e produtos de higiene íntima para distribuição em todo Brasil.

Entretanto, quando surgiu, no ano de 2021, foi pioneira na cidade de Pelotas, pois até então não haviam registros de campanhas similares, sobretudo com a dimensão e repercussão que a Campanha “Eu Menstruo” tomou. Para potencializar ao máximo a visibilidade da Campanha, em todos os anos foram feitas parcerias para distribuir na cidade de Pelotas diversos Pontos de Coleta para arrecadação de absorventes doados. Esses pontos foram redes de supermercados, comércio e câmpus da UFPEL, além da divulgação assídua nas redes sociais.

Ao longo de suas três edições, a Campanha “Eu Menstruo” já arrecadou mais de 55 mil unidades de absorventes higiênicos descartáveis. Posteriormente, esses absorventes sempre foram doados para menstruantes em situação de vulnerabilidade.

Concomitantemente com a criação da Campanha “Eu Menstruo”, se deu a proposição de ações governamentais e projetos de lei, tanto federais quanto municipais, que prevêm a distribuição de absorventes em escolas, unidades de saúde, etc. É o caso da Lei Federal nº 14.214/2021 e da Lei Municipal nº 6.961/2021. Entretanto, os resultados das ações previstas nas leis citadas ainda são pouco vistos na prática.

4. CONCLUSÕES

Apesar de estarem previstas em lei, as ações governamentais ainda não são capazes de preencher o vazio institucional da pobreza menstrual, uma vez que ainda não iniciaram as distribuições. Este fato reitera a importância da Campanha “Eu Menstruo”, que é capaz de atingir locais e instituições que as ações governamentais não alcançam. Considerando este fato e frisando o caráter inédito e pioneiro da Campanha, é possível concluir que a mesma é de extrema importância para o enfrentamento da pobreza menstrual em Pelotas e região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, B. F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, São José do Rio Preto, v.2, n. 1, jan./jun., 2021.

BOLZAN, L. M. (org.). **Mais Juntas**: a extensão universitária como orquestradora de mudanças sociais. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/issue/view/84/90>. Acesso em: 3 set. 2023.

COSTA, Y. O. **Precariedade Menstrual no Brasil: Uma revisão narrativa**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. Editora da UFPR. 2000.

LOPES, R. L. **Invisibilidade das pessoas que menstruam e políticas públicas para dignidade menstrual no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza.

MCKAY, J.; MARSHALL, P. **The dual imperatives of action research**. Information Technology & People, Vol. 14 No. 1, 2001, pp. 46-59. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.444.4042&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MELO, A. S. E. de, MAIA, O. N. F., CHAVES, H. V. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan.-abr. 2016

NERIS, B. B. dos S. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES)**, Natal, v. 11, n. 2, ago./dez. 2020.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

UNICEF, UNFPA. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**.